



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13.08.02

DATA: 13 de Agosto de 2002.

LOCAL: Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro.

HORÁRIO: às 14:00.

ASSUNTO: Instalação do Conselho Nacional do Esporte e Turismo.

Participantes da Mesa:

- Ministro do Esporte e Turismo Caio Luiz de Carvalho
 - Rep. da Secretaria Nacional de Esporte – **Celso Giacomini**
 - Rep. do Ministério da Justiça – **Carlos Eugênio Timo Brito**
 - Rep. do Ministério da Educação – **Joaquim Ignácio Cardoso Filho**
 - Rep. do Ministério do Trabalho e Emprego – **Rogério Baptista Teixeira Fernandes**
 - Rep. do Ministério das Relações Exteriores – **Luiz Fernando de Freitas Ligiero**
 - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – **Carlos Arthur Nuzman**
 - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – **Vital Severino Neto**
 - Presidente do Conselho Federal de Educação Física – **Jorge Steinhilber**
 - Rep. da Comissão Nacional de Atletas – **Dep. Estadual Bernard Rajzman**
 - Pres. do Fórum Nac.de Dirig. Est. do Esporte – **Ednilton José de V. Aquino**
 - Rep. do Desporto Nacional – **Maria Paula Gonçalves da Silva**
 - Rep. do Desporto Nacional – **Carlos Caetano Bledorn Verri**
 - Rep. do Desporto Nacional – **Eduardo Henrique de Rose**
 - Rep. do Congresso Nacional – **Senador Valmir Amaral**
 - Rep. do Congresso Nacional – **Dep. Fed. Bonifácio de Andrada**
 - Rep. do Congresso Nacional – **Dep. Fed. Virgílio Guimarães**
-
- Acompanhantes:
 - **José Luiz Portella** – **Secretário Executivo do Ministério do Esporte e Turismo**
 - **Wilson Teixeira Soares** – **Assessor Especial do Ministro e Coordenador das Reuniões do Conselho Nacional do Esporte.**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Aos treze dias do mês de Agosto de Dois Mil e Dois realizou-se a sessão de instalação do Conselho Nacional do Esporte – CNE, às 14:13hs, com a presença dos membros e participantes acima referidos, sob a condução do senhor Ministro do Esporte e Turismo e Presidente do CNE.

Ministro – Tenho a alegria de receber todos. Eu gostaria de deixar claro para as pessoas presentes que temos a consciência do tempo de Ministério; mas gostaria de deixar alguns conceitos e políticas consolidados. Como o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez questão de recebê-los, mas como não poderia participar da abertura, resolvemos fazer a 1ª reunião no Ministério do Esporte e Turismo; às 16hs20 encerraremos e iremos ao Palácio, pois o Presidente faz questão de dar posse aos membros do Conselho. Eu gostaria nesta introdução de deixar claro a todas as pessoas que compõem este Conselho que eu e o Secretário-Executivo do Ministério, José Luiz Portella, temos plena consciência de que nossa missão é deixar implantados alguns conceitos, alguns caminhos futuros; que possamos deixar para o futuro, para quem venha a nos suceder, alguma coisa pronta. Nesse sentido, temos hoje uma pequena pauta que todos os senhores receberam; acho muito interessante que os conselheiros possam se debruçar sobre o texto do Estatuto do Desporto, que merece reflexões; a minuta de regimento interno do Conselho Nacional do Esporte, que eu gostaria de fixar o prazo de 10 (dez) dias para receber observações e os demais documentos, incluindo a Política Nacional de Esportes, o Plano de Desenvolvimento do Futebol Brasileiro e o Código do Torcedor, que foi entregue semana passada ao Presidente da República e que está em vias de ser encaminhado ao Congresso Nacional; sobre a Política Nacional do Esporte é muito importante fazer um pequeno esclarecimento; como hoje nós temos o Conselho instalado, estou sugerindo que ele possa receber alguns retoques sem desmerecer todo o trabalho competente que foi consolidado pelo Professor Manoel Tubino; acho que mereceria por parte dos senhores algumas observações, de forma que pudéssemos imprimi-las e deixar aí para o futuro. O Código Antidoping é um outro documento importante e está o doutor De Rose; e também uma pasta dos programas do Ministério. Vou passar a palavra ao Secretário-Executivo para tratar da questão do Código de Defesa do Torcedor; em seguida daremos continuidade à reunião de instalação.

José Luiz Portella – Boa tarde, a todos. Vou falar do futebol, um dos assuntos que estou cuidando no Ministério; fiz um pequeno plano de desenvolvimento do futebol; acreditamos que estamos abordando todos os pontos que são fundamentais para recuperarmos o futebol; o futebol tem uma estrutura antiga que não dá para ser recuperada; acreditamos que precisamos mudar esta estrutura; criar uma estrutura nova; para isso elegemos 4 (quatro) pilares; o primeiro e mais importante é o que aborda a questão da transparência e segurança; segurança para os investidores e os protagonistas do futebol; esse primeiro pilar



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

é o da legislação que é a Medida Provisória que está em vigência, encaminhada pelo Presidente da República no dia 17 de junho e que deve ser votada provavelmente no começo de setembro; o segundo pilar é o que fala da valorização e proteção dos direitos do torcedor, que é o Código de Defesa do Torcedor, produto do grupo de trabalho especial que o Ministro criou e que trabalhou por três meses; o terceiro é o Calendário; o quarto é o financiamento do futebol; todo o processo de financiamento de futebol passa pelos torcedores e ele é o cliente mais mal tratado no Brasil; ele compra o ingresso e não senta no lugar, ele é maltratado, a comida é ruim, o jogo muda, mudam calendário todo ano; não entramos em uma competição com o mesmo regulamento, o mesmo calendário; aí esta o ponto fundamental para a recuperação dos clubes, a geração de receitas; isso só pode ocorrer se conseguirmos que o torcedor volte aos campos e gere a bilheteria, entre outras coisas; é importante dizer que o calendário é fundamental; garante a viabilidade econômica e financeira dos clubes; essa é a questão fundamental; se outro calendário for proposto e garantir a mesma coisa nós não temos nada contra, nós não temos orgulho de autoria, a idéia é que tecnicamente a coisa sustente os clubes; os clubes não podem querer disputar um campeonato estadual que seja deficitário; isso é incoerente; com a reivindicação de auxílio partindo desses três pontos, tem o último pilar, que é o pilar do financiamento do futebol; não existe nenhum lugar no mundo em que o futebol tenha tido problemas sem que houvesse a participação do Governo; o trabalho do grupo foca a geração de todas as receitas possíveis; acreditamos que é possível aumentar muito a receita dos clubes a partir do momento em que se dá uma nova estrutura; então a idéia é que se tenha toda a geração de receita possíveis, entre elas financiamentos que poderão passar pelo Governo federal, com a condição de ter satisfeito o primeira dos pilares, que é a transformação em empresa; sem isto não tem participação no financiamento; os financiamentos não são financiamentos para qualquer atividade nem são para as dívidas; o Governo admite estudar uma renegociação dos clubes; o financiamento é voltado para algumas atividades específicas; são linhas de créditos de empréstimos que os clubes terão que pagar com juros subsidiados, com juros mais acessíveis; mas são empréstimos amarrados à receita; não tem anistia; não tem dinheiro a fundo perdido; são para alguns aspectos específicos; segurança e conforto nos estádios; de formação de jogadores, de novos atletas; para os esportes olímpicos que o clubes mantêm e que não tem o apelo profissional; para projetos sociais, que isso o BNDES vê com muitos bons olhos, para manter a criança fora da rua.

Dep. Bonifácio Andrada – O apoio financeiro governamental dependerá do atendimento a determinadas condições referentes ao modelo de gestão da entidade? Esse atendimento financeiro do Governo não deveria também ocorrer em função da qualidade atlética das empresas?

José Luiz Portella – Isso aqui é o requisito político que nós no Ministério queremos para iniciar ao trabalho.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Deputado Federal Bonifácio Andrada - Eu acho que essa lista está financeira demais; precisamos ter alguma coisa que diga a respeito ao esporte; o Governo só vai dar apoio financeiro dependendo de providências contábeis? E quanto à qualidade desportiva da empresa ou da organização?

José Luiz Portella – Isto está implícito; acreditamos que passe por um critério anterior; caso contrário não começaria.

Ministro – É redundância, mas é importante colocar no texto; a observação do Deputado é pertinente e é fácil de ser introduzida no texto. Agora gostaria de abordar a questão da legislação; tivemos a Lei de 1977 com Ney Braga; veio a Constituinte; em nome da não intervenção do Estado e da desregulamentação acabamos deixando a sociedade descoberta; isso acabou tendo implicações na própria questão de valorização dos clubes; especialmente dos que trabalham no esporte amador; depois nós tivemos a Lei Zico; depois a Lei Pelé; é importante deixar claro que na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso obtivemos a regulamentação da atividade do profissional de educação física, que era uma luta histórica da categoria; há cerca de 250 mil profissionais de atividade física em todo o Brasil nos dias de hoje; depois tivemos o relatório do Senador Maguito Vilela, que retirou instrumentos da Lei Pelé, especialmente aqueles que dizem respeito à profissionalização dos clubes; em 2002 tivemos um momento histórico, a sanção do Presidente para a medida que isentou de IPI a importação de equipamentos para esportes olímpicos e paraolímpicos; um Conselho como este, com pessoas que vão ficar, deve se preocupar, hoje, especialmente com tramitação do Estatuto do Desporto, que deve ser uma lei nacional, que não seja de corporações ou de pessoas; uma lei que pense e planeje o esporte de alto rendimento e a universalização da atividade física no país a longo prazo; uma lei que privilegie programas solidários no esporte, transformando-os em instrumentos de inclusão social; e nós estamos acabando um mapeamento de projetos como os do Dunga, do Gérson, do Raí e outros, para que ainda no mês de setembro possamos duplicar o número de crianças carentes atendidas; é importante o papel do Estado em programas como esses; é lógico que é importante o alto rendimento; mas em um país como o nosso, o Ministério tem que se debruçar sobre isso e também sobre uma lei que profissionalize, moralize e dê transparência à gestão do esporte profissional; que crie mecanismos saudáveis para garantir a sobrevivência dos clubes que investem no esporte amador e na formação de atletas de alto nível; que utilize a universidade e o profissional de educação física como instrumentos essenciais para o desenvolvimento do pensamento estratégico do esporte nacional; eu costumo afirmar que devemos nos debruçar sobre a criança que necessariamente não será uma campeã; é papel do Estado fazer isso; temos também de melhorar o padrão de gestão, qualidade e transparência do esporte; realizar estudos para buscar mecanismos de incentivo financeiro e apoio aos clubes esportivos; coibir a prática abusiva na gestão do esporte; traçar diretrizes e critérios para liberação de recursos destinados à construção de equipamentos esportivos nas regiões brasileiras, ponto que



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

gostaria muito de democratizar; que possamos definir regionalmente onde implantar equipamentos esportivos; que isso não seja feito de maneira aleatória; caberia ao Conselho decidir quais regiões precisam de quadras para que não tenhamos mais municípios com três, quatro quadras, e outras onde não existe nenhuma; também a Bolsa Atleta e o Pós-Atleta; acho que podemos discutir alguma coisa para o futuro, de forma que o Governo pudesse pensar nisso; que a Previdência e o Ministério do Trabalho pudessem trabalhar nisso; e a questão da linha de financiamento para o setor; também devemos nos debruçar sobre a questão social e do esporte de base.

Celso Giacomini – Gostaria de fazer uma afirmação inicial, como desportista e treinador; ao assumir na Secretaria Nacional do Esporte eu pude constatar como o esporte está evoluindo; aconteceu a criação das Câmaras Setoriais, onde foram ouvidos todos os segmentos que quiseram participar, debateu-se sobre esporte de base, sobre o desenvolvimento do esporte de rendimento, o esporte para portadores de necessidades especiais; inverteu-se a pirâmide; ouviu-se a base, as pessoas que fazem o esporte, as pessoas que querem e necessitam que o país se desenvolva; outro passo importante foi a criação do Conselho Federal de Educação Física, que está estruturando a organização dos profissionais e proporcionando a capacitação destes profissionais e a Lei Piva, que foi um acerto significativo, fazendo com que as nossas confederações e nossos comitês possam respirar um pouco; temos a convicção de que os resultados vão refletir essa realidade.

Ministro – Eu queria fazer uma observação importante. Não podemos esquecer do novo instrumento que conquistamos, o Conanda, que permite aos empresários investirem até 1% do Imposto de Renda devido em projetos de esporte voltados para o social. Agora, eu gostaria de convidar o Professor De Rose para apresentar o projeto do Conselho Mundial Antidoping.

Deputado Federal Bonifácio Andrada – Tem um erro aqui, que pode ser erro de redação, é o parágrafo 7 do artigo 9º, “o Conselho Nacional do Esporte não apreciará questões sobre...” Acho que houve uma deficiência aqui; o Conselho não decidirá; mas deve apreciar. Eu faço uma proposta, de 10 dias para apresentação de sugestões ao regimento, e o Ministro decide o que fazer.

Ministro - Observado, eu agradeço, Deputado.

De Rose – Sr.Ministro, Srs.Conselheiros, em relação ao Código Nacional Antidoping, eu gostaria inicialmente de fazer um pequeno histórico; em 1999 se realizou na Suíça um Congresso Mundial Antidoping; toda legislação antidoping tradicionalmente sempre veio do COI, do Movimento Olímpico Internacional, desde o ano que se iniciou o controle antidoping, em 1967; nessa ocasião, os governos, principalmente os Governos Europeus, a Austrália e o Canadá, sugerem que os Governos tenham participação na legislação antidoping, que



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

não seja legislação do COI, dirigido ao Movimento Olímpico, e, por extensão, cumprida pelos governos; a partir daí, no ano 2000, se cria a Agência Internacional Antidoping, que tem uma estrutura de trinta e quatro membros; dezessete deles representam os governos dos cinco continentes; dezessete representam o Movimento Olímpico, o COI, os Comitês Olímpicos Nacionais, as Federações Internacionais e os atletas. O Brasil tem um membro na parte de organizações do Movimento Olímpico, eu represento os Comitês Olímpicos Internacionais, no Movimento Olímpico. Hoje, o objetivo é uma lei única, que possa ser usado com todas as pessoas que lidam com esporte, seja Governo, seja Movimento Olímpico. E essa é a proposta que está sendo encaminhada aos Srs. Conselheiros; que foi preparada durante dois anos nos Governos e pelo Movimento Olímpico e que agora é submetida a Governos e Movimentos Olímpicos para aprovação; existe uma definição de doping, algo que aumenta a performance, que prejudica a saúde do atleta, que não é compatível com a lei do Jogo Olímpico. Esses são os três requisitos para se caracterizar um doping. Em função do nosso Conselho, vou me restringir às atribuições e responsabilidades de Governo. Todas as leis e códigos que o Governo fizer de estar em acordo com o Código Internacional; isso é importante porque vai obrigar o nosso país a mudar; a nossa legislação antidoping é muito antiga. Ela parte de problemas que nós começamos a encontrar nos anos 70 e origina depois uma legislação antidoping no ano de 75, que sofreu modificações, mas ela é totalmente desatualizada; ora, a genética é o doping do terceiro milênio; rapidamente você vão deixar de ouvir em uso de substâncias e a manipulação genética é que vai ser o doping mais importante; vamos mudar as pessoas para que elas possam render mais; isso vai exigir uma legislação para o país. Eu quero aproveitar a ocasião e dirigir ao senhor Ministro um apelo particular; os Ministros da América estão cogitando reunir-se para discutir e pensar quais são as suas responsabilidades enquanto governo; eles escolheram o Brasil para sediar a reunião, apesar da nossa resistência, já que acontecerá em outubro, um mês difícil, em virtude das eleições; mas não houve obstrução possível; eles querem fazer no Brasil e nessa reunião se pensa em definir responsabilidades de primeira instância de governo em relação ao Código, que vai entrar em vigor em 1º de janeiro de 2004 e será ser aplicado já nos Jogos Olímpicos de Atenas. Eu vejo um aspecto de grande importância, que no período até lá, pelo menos até o final de 2003, o Brasil adequa a legislação, o que não é difícil por que nós não temos, à exigência do Código Mundial Antidoping.

Carlos Nuzman – Quero me estender um pouco mais no setor de antidoping. Um dos itens fundamentais é que o País tenha uma lei federal, quer é inerente às condições estabelecidas no País. A lei federal vai depender exclusivamente do Congresso Nacional, e nós temos que nos basear sobre erro. Eu vou um exemplo; se um atleta for flagrado com uma substância de cocaína, dependendo da legislação, ele pode ser preso no País e ainda ser julgado, condenado. Tanto que no seminário que houve de chefes de missão dos Jogos Sul Americanos, recém terminados, perguntei a todos os países: "Qual é a legislação que o Brasil tem sobre o controle de doping?" Por que? Porque é difícil ter um controle absoluto



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

sobre os atletas. O que aconteceu agora? Um atleta brasileiro, de 1500 m, com 18 anos, foi flagrado no controle de doping, que deu foi positivo. O médico deu uma declaração; não cabe a mim julgar médico particular, que prescreveu uma série de medicamentos e que um deles poderia ter uma substância dopante; eu não vou entrar no mérito; eu queria apenas dizer que esse atleta, se isso for verdade, foi levado ao erro; e até hoje o que nós temos vistos são atletas sendo punidos; nós não vemos médicos e treinadores sendo punidos. Acho que isso tem que ser analisado sobre o erro e é uma questão muito complicada. Também quero trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que o Brasil teve o seu laboratório de controle antidoping reconhecido pela **Comitê Olímpico Internacional**; é o único laboratório da América Latina reconhecido pelo COI; terminamos os **Jogos Sul Americanos** e lá fizemos os exames e pagamos preços exorbitantes; se os preços continuarem assim vamos voltar a utilizar o laboratório de Montreal; o Governo viabilizou para a compra de equipamentos do laboratório mais de US\$ 1 milhão; não é possível que cobrem de entidades que não têm recursos valores exorbitantes. Não podemos pagar o preço que estão cobrando porque não é correto, porque existe um preço universal.

Deputado Bonifácio Andrada - Talvez seja melhor nós nos esforçarmos para participarmos de um tratado Internacional, tratando de normas gerais. Aí, vamos fazer a lei. Porque há risco de fazermos a lei. Primeiro lugar porque a lei vai demorar. O tratado é mais rápido, porque fala sobre normas gerais. A lei vai ser, na realidade, um complemento ao Código Penal. Aí vai começar um debate terrível. Então para que se avance nesse assunto, acho que o Conselho deveria votar para assinar primeiro o tratado, para que então nós passássemos a elaborar o projeto de lei, que é um pouco complexo.

Ministro – Acaba de chegar o Ministro Ligiero, que representa o Ministério das Relações Exteriores. Já foi colocada aqui a questão do antidoping, do Código Mundial Internacional Doping, que vai envolver o Itamaraty. Quanto ao assunto abordado pelo Presidente do COB. Carlos Nuzman, secretário-executivo José Luz Portella confirmou que realmente passamos US\$ 1 milhão para a UFRJ; é lógico que cabe um puxão de orelha sim.

Portella – Só para entender: Para realizar uma Olimpíada, um campeonato mundial, é preciso que tenha uma lei federal? É condição ou é uma sugestão?

Nuzman – Não, não é sugestão. Está num dos itens que tem, numa das perguntas que tem para apresentar o dossiê, se existe uma lei federal.

Caio – De uma maneira pragmática, para que nós não ficamos apenas na discussão, eu sugeriria que a uma minuta desse projeto fosse encaminhada ao Ministério da Justiça, para as providências necessárias. De acordo com a pauta, concedo a palavras aos conselheiros, começando pelo Senador Valmir Amaral e prosseguindo com os representantes da Câmara dos Deputados.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Senador Valmir Amaral – Boa Tarde. Sou Senador por Brasília, estou representando o Senado no Conselho. Quero falar aos nobres conselheiros que podem contar com meu apoio junto o Senado, junto ao Congresso Nacional. Estarei aqui dando o maior apoio aos projetos, no que for necessário. Se alguém quiser falar comigo, meu gabinete está à disposição para os srs. Conselheiros. Muito obrigado.

Deputado Virgílio – É um prazer participar do Conselho. Eu acho, presidente, que o fato do Congresso Nacional estar aqui representado tem dois sentidos; um, é a interface natural do Conselho com o processo legislativo; a segunda, também muito relevante, é que nos cabe aqui, sobretudo à Câmara, a representação do povo. De qualquer maneira, temos essa missão de ser a representação aqui da opinião pública, dos atletas não profissionais, dos clubes de várzea; enfim, nós temos que representar um pouco do pensamento do país. E o pensamento do país, me parece, presidente, é que esse Conselho precisa ganhar muita vida. Uns conselhos pegam, outros não, como as leis, como as vacinas; umas pegam, outras não. Alguns Conselhos têm um funcionamento dinâmico, outros ficam ociosos. Eu espero que este ganhe dinamismo e que ultrapassasse o texto frio da legislação, tornando-se uma caixa de ressonância. Essa é a minha disposição de estar desse fórum coletivo; e espero fazê-lo adequadamente.

Caio – Deputado Bonifácio...

Deputado Bonifácio – O esporte popular é uma coisa que nós não podemos perder de vista, porque é o começo de tudo. Agora, além disso, também é importante, dentro daquele tema que já foi discutido, levantarmos quais são os tratados internacionais dos quais o Brasil precisa participar em matéria de desportos, para entrarmos de maneira confortável no processo de globalização dos desportos; e ao mesmo tempo, na nossa área, cuidar das leis que devemos fazer para amparar as tendências dos desportos internacionais. Agora, quero abordar a necessidade de incluirmos as universidades de maneira mais efetiva e mais eficiente nos desportos, porque verifico que a tecnologia e a ciência têm que estar presente no esporte. Então, devemos estimular, na área de educação física, a criação de certos cursos técnicos; e também na área de excelência; nas universidades, estimulando os debates sobre matérias e questões fundamentais que diz respeito do esporte do futuro para Brasil não ficar atrasado.

Caio – Gostaria comunicar que o Portella sugeriu que o Deputado Virgílio entre em contato com a UFRJ para encaminha a solução do problema levantado pelo Nuzman.

Deputado Virgílio – Seria um prazer.

Caio – Gostaria de passar a palavra à Conselheira Maria Paula Gonçalves.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Paula – É um prazer ter sido convidada para fazer parte desse conselho, não só como representante do desporto nacional, mas como mulher. Eu aceitei o convite, desde que eu não seja uma peça de enfeite, que eu possa opinar, discutir, estar junto, defendendo o desporto olímpico, porque para defender o futebol já tem bastante gente. Como disse o deputado Virgílio, que o Conselho não fique como esses projetos que a gente vê, que se inicia e não tem andamento. Que o Conselho possa se tornar uma coisa ativa, que possa transformar o esporte nacional. Entendo que todos os segmentos têm que estar envolvidos, porque a gente precisa um do outro. Não adianta estar aqui só o atleta falando ou só o técnico ou só o dirigente. Acho que essa é uma iniciativa que nós temos que levar adiante, que seja ativa mesmo, que dê resultados.

Caio – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão Nacional de Atletas, o deputado estadual Bernard.

Bernard – Eu sou testemunha da evolução do esporte brasileiro. Mas eu quero bater em um ponto só. Historicamente, jamais conseguimos uma lei de incentivo fiscal. Se a gente não tiver recursos, não buscar na iniciativa privada uma forma de estímulo para que ela possa investir maciçamente no esporte, vai ser muito difícil a gente viabilizar, de uma forma concreta, todos os aspectos sociais em decorrência do esporte. A cultura obteve, por intermédio da Lei Rouanet, há dois anos, um incentivo de R\$ 400 milhões, teto que não foi totalmente utilizado. Mesmo assim, os representantes da cultura continuam percorrendo os corredores do Congresso Nacional, visitando Ministérios individualmente e até coletivamente. O atleta, infelizmente, aparece muito quando é jovem, quando conquista títulos. Ele não tem tempo para se dedicar às questões comunitárias. E quando ele perde essa expressão de atleta, e eu me coloco, faço *mea culpa* nesse sentido, só então começa entender a necessidade de buscar uma solução, mas aí ele perdeu a mídia. Infelizmente não temos ainda uma posição política forte, a ponto de viabilizar, de fato, um incentivo fiscal. Agora, chegou a hora de a gente se unir. Nada melhor do que esse momento do esporte, de união máxima, com as maiores personalidades do esporte tomando posse nesse grande Conselho, de refletirmos sobre uma estratégia definitiva para que a gente, quem sabe, consiga, ainda neste Governo, uma lei de incentivo fiscal. O próprio Presidente disse, em cerimônia no Palácio do Planalto, para ser colocada uma vírgula na Lei Rouanet. O que eu queria deixar como mensagem é no sentido de a gente tentar uma pressão de classe, fazer como a cultura faz.

Caio – Eu concordo com o que o Bernard falou. Com articulação e organização, nós vamos conseguir; desarticulados, nós não chegaremos lá. Passo a palavra ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Nuzman – Apenas duas coisas muito rápidas, em termos, também, de incentivo fiscal. A primeira vez que isso foi levantado foi em 1983, em um Seminário da Câmara, aqui em Brasília. E esse pronunciamento que eu fiz está nos anais da Câmara. Eu já falava em incentivo fiscal. O outro ponto refere-se à dinâmica do esporte, que tem uma velocidade maior que outros segmentos da sociedade. Os eventos têm data marcada, são realizados anualmente e não param para esperar. Nós temos que acompanhar esta dinâmica. Se o Conselho puder fazer isso, já vai dar uma contribuição enorme à juventude brasileira e principalmente àqueles que estão envolvidos com a prática do esporte.

Caio – Obrigado. Eu só gostaria de lembrar que o Nuzman não é uma pessoa personalista, ele continua pleiteando o incentivo ao esporte, o que eu acho certo, mas é importante lembrar que este Governo talvez tenha sido, nos últimos oito anos, o que mais deu incentivos ao esporte. Não nos esqueçamos da Lei Piva e, também, da Bolsa-Atleta, uma medida que a Receita já examinou. Penso que temos alguns caminhos para seguir, além do Conanda, obviamente. Concedo ao palavra a Carlos Eugênio Brito, do Ministério da Justiça.

Carlos Eugênio – Em nome dos dirigentes do Ministério, eu gostaria de dizer que o Ministério vai contribuir de todas as maneiras possíveis para um bom trabalho do Conselho. É interessante lembrar que justiça e esporte, no âmbito federal, têm muito em comum. Uma das maiores fórmulas de prevenção já experimentadas no mundo é o desenvolvimento de políticas públicas de ocupação de jovens, crianças e adolescentes em situação de risco, através de atividades esportivas. O Ministério da Justiça também cuida de outros assuntos, como direitos humano, e o ireito humano básico é o direto à vida, à vida saudável. Por meio do esporte se consegue isso. Ademais, temos também a Funai no Ministério da Justiça e não se tem notícia de uma forma de socialização entre povos mais eficientes do que através de uma atividade esportiva. Enfim, gostaria de deixar claro que os dirigentes do Ministério querem muito contribuir para este Conselho, é um assunto muito sério para Ministério da Justiça e já tenho um dever de casa, que vou fazer com muito capricho.

Caio - Vamos prosseguir com o Rogério, representando aqui o Ministério do Trabalho e Emprego.

Rogério – O Ministério desenvolve uma série de atividades que tem relação com os objetivos deste Conselho, especialmente com a questão de geração de emprego e renda. Espero contribuir, como representante do Ministério da Justiça, principalmente na associação do esporte com o turismo, em virtude do potencial de geração de emprego existente nessa parceria.

Caio – Passemos agora ao Ministro Ligiéro.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Ministro Ligiéro – O esporte é um elemento muito importante de entendimento entre os povos. Nesse sentido, entendo que o Ministério das Relações Exteriores pode contribuir muito para o desenvolver e aprofundar essas relações. Além disso, o esporte também é um excelente cartão do Brasil no exterior. O brasileiro é conhecido pela prática do esporte, é conhecido como bom torcedor, é conhecido cada vez mais positivamente. E como diplomacia e paz são duas questões ligadas, eu acho que o esporte pode dar uma grande contribuição para o desenvolvimento da paz no mundo. E isso é muito importante para o Ministério das Relações Exteriores.

Caio – Ministro Ligiéro, nós estaremos no México, com o Prefeito César Maia, no dia 24 de agosto, na reunião da Organização Desportiva Pan Americana, que vai decidir, entre o Rio de Janeiro e a cidade norte-americana San Antônio, no Texas, a quem caberá o direito de sediar os Jogos Pan Americanos de 2007. Essa conquista seria o primeiro passo concreto para que possamos sonhar com Olimpíadas e outros eventos multiesportivos internacionais. Alguns votos ainda precisam ser conquistados. Eu solicitaria que trabalhasse os votos três países, que pedisse às embaixadas brasileiras nesses países para trabalhar nesse sentido. Concedo a palavra ao Dunga.

Dunga – Meu objetivo no Conselho é o esporte educacional e a prevenção, que acho o mais importante. Se assegurarmos educação e esporte saudável às crianças, o Ministério da Justiça não precisará construir, no futuro, presídios, e a saúde vai deixar de gastar dinheiro; é importante abrirmos as universidades para o esporte de competição; a universidade tem que aderir os seus espaços, propiciar tecnologia para o esporte de competição; entendo que nós temos que insistir na questão do incentivo fiscal, que temos debatido demais para beneficiar uma parte da população que não tem condições para praticar esporte, garantindo benefícios, incentivos aos clubes amadores; entendo também que temos de capacitar os atletas e ex-atletas para gerenciarem o esporte; para que possam contribuir para o desenvolvimento do esporte. Essas são questões que temos que analisar. Gostaria de solicitar que o Conselho abra um site para que os atletas opinem, sugiram, apresentem suas reivindicações, exponham suas necessidades e dificuldades.; porque os presidentes de confederações fazem seus relatórios, mas como lhes convém. Se os recursos são realmente aplicados nos atletas, temos que dar qualificação para que possam conseguir competir fora do Brasil. Essas são questões que temos que levantar e discutir exaustivamente. Senhor Presidente, não quero me prolongar mais. Pretendo enviar algumas sugestões sobre as quais tenho pensado e escrito para podermos analisar na próxima reunião.

Caio – Eu quero aqui fazer um depoimento público. O Dunga é uma pessoa que tem uma sensibilidade extraordinária e escreve o que pensa e manda. E me fascina a possibilidade de vocês conhecerem melhor o Dunga. Ele tem um lado extremamente interessante e nós temos que explorar isso, que são poucos que têm isso. A questão do site já está colocada.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Além do site, nós estamos desenvolvendo com o professor Giacomini algo que vai substituir, pela Internet, a questão do peneirão. Nós vamos criar uma bolsa virtual de descoberta de talentos; o professor de Educação Física vai informar que no seu estado tem uma criança com o biótipo tal, com determinado potencial. Agora eu gostaria de conceder a palavra ao Secretário Edinilton Vasconcelos, de Pernambuco, representante do Fórum de Secretários Estaduais de Esporte.

Edinilton – Sr. Ministro, colegas Conselheiros. Represento, aqui, os órgãos que dirigem o esporte nos vários estados da União. Nos últimos anos estabelecemos uma excelente parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, através da Secretaria Nacional de Esporte. Várias ações que têm sido mostradas aqui, como política do Presidente Fernando Henrique Cardoso, realmente têm demonstrado um avanço em termos de esporte, e entre essas ações eu destaco as Olimpíadas Colegiais. Essa competição surgiu em substituição aos Jogos Escolares Brasileiros. Essas competições foram revitalizadas no ano 2000, em duas etapas – de 15 a 17 anos e de 12 a 14 anos. Os frutos começaram a surgir nos Jogos da Juventude. Nós tivemos um recorde sul-americano batido por uma atleta justamente revelada nas Olimpíadas de 2001. Os Estados realizam a fase estadual com as escolas; aí é está a grande diferença para os JEB'S, que eram disputados com seleções escolares. A quantidade de alunos impressiona, cresceu de 112 mil alunos participantes, em 2000, para 533 mil alunos participantes. Vários estados já concluíram a fase municipal e já estão concluindo a fase estadual. Saímos de um investimento de R\$ 3,7 milhões para R\$ 7,3 milhões. Nós sabemos das dificuldades que o Brasil passa, mas aqui tenho uma missão de sensibilizá-los, como também ao Ministério da Educação; essa competição surgiu de uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério do Esporte e Turismo e o Comitê Olímpico Brasileiro. Em 2000 foi um sucesso; em 2001 o sucesso superou a expectativa; agora em 2002, foram 533 mil jovens. Nos colocamos à disposição para estudar alternativas; queremos passar tanto às mãos do Ministro quanto ao representante do Ministro da Educação a carta que foi elaborada em Goiás, durante os Jogos da Juventude, com a assinatura de todos os Estados.

Ministro – Obrigado, eu já conheço o assunto. E já que fizemos os Jogos da Juventude na faixa dos 17 anos, tentarei viabilizar pelo menos a faixa dos 14 anos. É uma causa justa e saudável. Passo a palavra ao Professor Jorge Steinhilber.

Jorge Steinhilber –Quero dizer da minha alegria por estar aqui representando os profissionais de Educação Física, pois foi um pioneirismo deste Governo inserir os profissionais de Educação Física na política pública, nos estudos pertinentes a atividade física e ao desporto de um modo geral. Temos um Conselho que felizmente pegou; com menos de quatro anos de funcionamento já temos 70 mil de profissionais registrados. Estamos desenvolvendo um trabalho não só de fomento ao esporte, mas de principalmente de ponte entre o Ministério do Esporte e Turismo e as escolas de Educação Física. A



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

nossa missão aqui, acredito, diz respeito do enaltecimento do esporte. E estamos aqui efetivamente para trabalhar para que o esporte tenha qualidade, com profissionais com atributos; que o esporte esteja voltado para uma educação de saúde; que seja da construção de cidadania. O Ministro abordou muito bem a questão da universalização da atividade física; e essa universalização passa por todos os sentidos tanto educacionais, quanto de saúde, quanto de fomento, de inclusão social.

Ministro – Eu sempre me atrevo a dizer que é impossível você falar do esporte sem a figura do profissional de Educação Física. Vamos ser parceiros. O Ministério está com uma campanha pronta valorizando o profissional de Educação Física. Gostaria de passar a palavra para o Presidente do Comitê Paralímpico, Vital Severino. As inúmeras medalhas que os atletas paraolímpicos conquistaram no Mundial de Atletismo, em Lille, na França, me deixaram extremamente sensibilizado.

Vital Severino Neto – Hoje, nós, do esporte paraolímpico, nos sentimos extremamente honrados por termos assento neste colegiado, criado para que o desporto nacional tenha respeitados todos os seus objetivos mais nobres; o portador de deficiência se sente contemplado porque também nós temos, aqui, a oportunidade de exercer o direito da nossa cidadania; mas eu pediria aos conselheiros que me permitissem a quebra do protocolo; na semana passada o Ministro recebeu a nossa delegação que chegou de Lille, do Campeonato Mundial de Atletismo, onde conquistamos 6 medalhas de ouro, 4 de prata e 4 de bronze, terminando o campeonato em 16º lugar; nossos atletas fizeram um pedido ao nosso Comitê; que eu pudesse entregar ao senhor uma lembrança da nossa medalha; por isso peço a autorização e, ao lhe entregar a réplica da medalha, agradeço a sua demonstração de sensibilidade.

Ministro – Eu sei que toda posse é um momento, como disse o Deputado Virgílio Guimarães, de dúvidas. Por isso, é importante que as idéias sejam colocadas, pois os membros deste Conselho estão, na verdade, infensos a eventuais mudanças em decorrência do ruma das eleições. Portanto, o mote de 1999 – Mãos a Obra – é positivo. Temos muito o que fazer. Concedo a palavra ao representante do Ministério da Educação, doutor Joaquim Cardoso.

Joaquim Cardoso – O esporte se confunde com educação. Temos realizado algumas ações em conjunto, trabalhando em acordo, em olimpíadas colegiais; temos o esporte na escola, entre outras ações que conjuntas; entendo que é fundamental tratarmos do lado social do esporte; isso é de fundamental importância para a população; igualmente o esporte de alto rendimento; o Ministério da Educação está totalmente à disposição do Conselho Nacional do Esporte para trabalharmos, como todo o afincado, pelo desenvolvimento do esporte nacional.



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

O Ministro do Esporte e Turismo e Presidente do Conselho Nacional do Esporte encerra a reunião às 16hs14, e convida todos os Conselheiros a se deslocarem para Palácio do Planalto, para serem recebidos pelo Presidente da República.